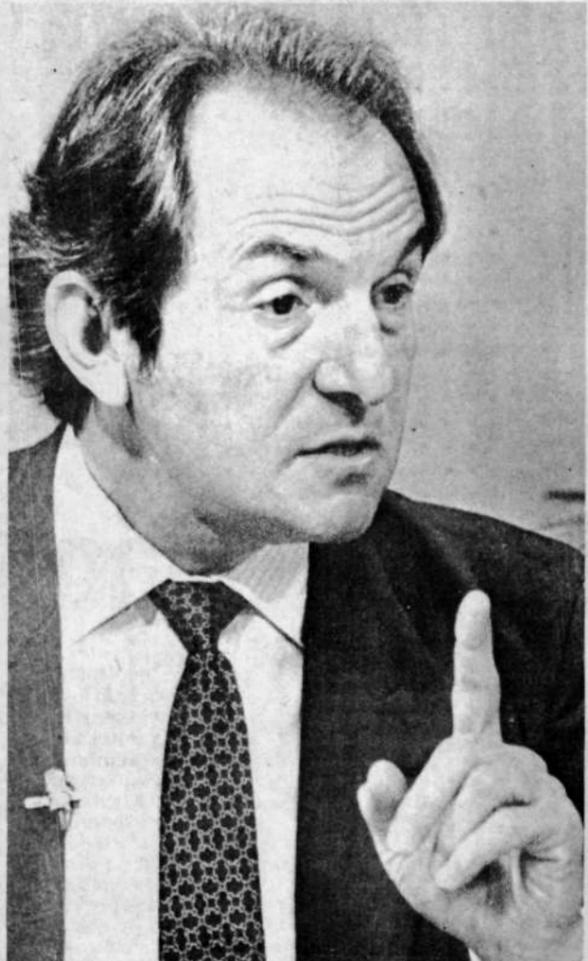


Sistematização melhora texto

Líderes concordam que o Cabral II vem obtendo avanços



Projeto de Bernardo Cabral está sendo aprimorado

ADRIANO LAFETA
Da Editoria de Política

Está mudando para melhor o projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Esta é a impressão que transmitem líderes da direita e da esquerda, ao avaliarem as alterações já aprovadas pela Comissão de Sistematização. Todos apontam mais avanços que retrocessos. O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), por exemplo, diz que no Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos o texto é o mais avançado do mundo. E o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), contabiliza 29 vitórias e apenas quatro derrotas significativas para a esquerda.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), destaca as "grandes conquistas" dos trabalhadores, embora considere algumas como "de futuro duvidoso". A pior mudança, na sua opinião, seria, aliás, a garantia do emprego contra despedida imotivada. "É uma faca de dois gumes", ressalta, criticando, ainda, a jornada de 44 horas semanais de trabalho e a remuneração em dobro dos serviços extraordinários. "São concessões que naturalmente abalam uma economia frágil e dependente como a nossa", avalia o senador paraense, candidato do partido à sucessão presidencial.

No Capítulo dos Partidos Políticos, substituído quase que integralmente por um texto que põe fim a Lei Orgânica dos Partidos, restabelecendo a liberdade de organização partidária, Passarinho não faz ressalvas. A mudança é aplaudida por todos os líderes, apenas o PT se manifestando não totalmente satisfeito, já que os partidos foram divididos entre parlamentares e não, ficando aqueles sem cadeira no Parlamento com sua liberdade prejudicada. Mas outros, como Haroldo Lima, até começam a imaginar novo estatuto para o partido, fora do figurino imposto hoje, sem distinção, a todos os partidos.

O mais otimista dos líderes, Gastone Righi, do PTB, reage às críticas de que a nova Carta seria pior que a atual afirmando que "não há um dispositivo retrógrado". Mas, se tudo para ele avançou, o deputado também admite, concordando com Jarbas Passarinho, a existência de dispositivos "de que duvido". E a viabilidade que questiona não é outra senão a questão da estabilidade que o presidente do PDS também põe em dúvida. Righi faz elogios até à redação — "Muito melhor que a de 46" — e aponta como maiores avanços a criação de instrumentos como o mandato de injunção, o habeas data e a criminalização das agressões ao meio ambiente e a transferência para o Congresso de qualquer decisão no campo nuclear.

"Uma bobagem das esquerdas", para o líder do PTB, foi retirar o terrorismo e o tráfico de drogas do rol de crimes imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de concessão de anistia e indulto. Ele acha que foi consequência "do calor dos debates", observando que num primeiro momento da votação do Substitutivo 2 na Sistematização, havia uma guerra ideológica que hoje está superada, "com as pessoas procurando o melhor". Mas antes disso, ainda se queixa da aprovação de emenda assegurando a impenhorabilidade da pequena propriedade, "uma estupidez contra o pequeno agricultor".

ESQUERDA SATISFEITA

Onze vitórias e três derrotas no Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos; 16 vitórias e uma derrota

nos Direitos Sociais; uma vitória nos direitos políticos e outra no capítulo dos partidos. Essa é a contabilidade das esquerdas, feitas na ponta do lápis pelo líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA). "São as mais importantes, dignas de nota", ressalta, explicando-as uma a uma.

A análise começa pelo parágrafo 6º do artigo 5º, onde a vitória teria sido retirar do Substitutivo 2 a expressão "que não contrariem a ordem pública e os bons costumes" onde é assegurada a liberdade de culto. A expressão, segundo o deputado, prejudicava justamente os cultos mais populares e pobres, como o candomblé.

No parágrafo 8º se acrescentou a condenação, nos casos de tortura, dos mandantes e dos que, tendo conhecimento dela, forem omissos. "Com esse grau de profundidade, de detalhamento, isso nunca existiu no Brasil. A direita tentou colocar o terrorismo no mesmo nível e derrubamos, porque ela queria se referir à ação de revolucionários e nós entendemos terrorismo como a ação dos o c o n t r a - revolucionários", esclareceu.

A manutenção do parágrafo 9º, que preserva especialmente o profissional de imprensa, o jornalista, que pelo texto deve ser diplomado, é a terceira vitória apontada pelo deputado Haroldo Lima. Antes do parágrafo 22, outra importante conquista no seu entendimento, ele cita a derrubada da proposta de instituição da pena de morte. No parágrafo 22, a vitória mais uma vez foi manter o texto, garantindo que ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. A direita queria retirar a palavra "judiciária", o que, segundo Haroldo Lima, dava a qualquer delegado poderes para mandar prender.

As três derrotas desse Capítulo (dos Direitos Individuais e Coletivos) aconteceram nos parágrafos 30, 35 e 36. No 30, a esquerda pretendia condicionar o registro de patentes estrangeiras à soberania nacional e não conseguiu, mesmo tentando outra alternativa que limitava a ressalva aos produtos de alimentação e saúde. No 35, a direita fez com que as desapropriações passem a receber indenização prévia, além de justa, como já constava no substitutivo do relator. E no 36, a direita pretendia que o direito de herança fosse tributado progressivamente, mas perdeu.

As vitórias voltaram a acontecer no parágrafo 39, onde o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA) tentou condicionar o direito a reunião à forma da lei, o que praticamente o cassava. Passou o direito de todos a reunir-se pacificamente, sem necessidade de autorização, sendo necessário comunicação prévia à autoridade somente nos casos em que a reunião possa prejudicar o fluxo normal de pessoas ou veículos.

No parágrafo 46, a esquerda aprovou a criação do mandato de segurança coletivo, até então inexistente do Direito Constitucional brasileiro. Por ele, os partidos, organizações sindicais, entidades de classe e outras associações legalmente constituídas, desde que funcionam há 1 ano, poderão impetrar mandado de segurança em favor de seus membros.

No parágrafo 47, o mandato de injunção foi outra figura constitucional criada com o apoio das esquerdas. Ele instrumentaliza o cidadão para exigir a garantia de seus direitos constitucionais não regulamentados por leis complementares. E o caso, por exemplo, da participação

do trabalhador nos lucros das empresas, assegurado pela Constituição brasileira desde 46 e nunca cumprido por falta de regulamentação. Agora o cidadão poderá cobrá-lo, caso seja mantido o texto aprovado.

No parágrafo 48, é criado o habeas data, para assegurar ao brasileiro o direito de acesso aos registros sobre sua pessoa em bancos de dados de entidades privadas, públicas ou de caráter oficial. Ou seja: é o fim de fichários secretos como os do Serviço Nacional de Informações (SNI). E no 49, foi possível ampliar a parte legítima para propor ação popular. Agora pode ser qualquer cidadão, partido com representação no Parlamento, associação ou sindicato.

TRABALHADORES
No Capítulo II, Dos Direitos Sociais, as anotações do líder do PC do B indicam uma vitória logo no capítulo do artigo 6º, onde os trabalhadores rurais passam a ter direitos constitucionais, como sempre tiveram os trabalhadores urbanos. Na sequência, registra outra vitória no inciso I: "Não chega a ser uma estabilidade, mas merece aplausos a garantia do emprego contra despedida imotivada", comemora Haroldo Lima.

O inciso II torna o seguro-desemprego constitucional; o VI incorpora as chamadas comissões ao salário fixo; o XI estabelece a jornada semanal de 44 horas, pior que a pretensão das esquerdas pelas 40 horas, mas melhor que a das direitas pelas 48 atuais; o XII fixa em 6 horas a jornada máxima para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; o XIV manda pagar em dobro os serviços extraordinários (horas extras), que hoje são remunerados em 20% se habituais e 25% se ocasionais.

O inciso XVI do artigo 6º aumenta de 90 para 120 dias a licença-gestante; o XXVII estende o piso salarial a todas as categorias, ao incluí-lo pela primeira vez na Constituição Federal. O piso era uma conquista apenas das categorias mais fortes, com poder de luta e barganha. No inciso XXIV, parágrafo 3º, o projeto constitucional acaba com o chamado "gato", intermediário da mão-de-obra que contrata pessoal para trabalhar para outrem, que não tem qualquer obrigação trabalhista.

O ponto mais negativo do Capítulo II, na opinião do líder comunista, é o parágrafo 4º do inciso XXIV, artigo 6º. Ele exclui da garantia de emprego contra demissão imotivada os trabalhadores de empresas com até 10 empregados.

As vitórias, contudo, voltam a acontecer no artigo 7º, que estende para os trabalhadores domésticos direitos trabalhistas como salário mínimo, 13º, repouso semanal remunerado, aviso prévio, gozo de férias anuais e aposentadoria. O artigo 9º torna livre a associação profissional e sindical, proíbe, no parágrafo 1º, qualquer interferência do Estado em sindicatos, o que significa autonomia e liberdade sindical, e garante, no parágrafo 2º, a unicidade sindical. Neste último ponto, a esquerda se divide.

O artigo 10 assegura a liberdade de greve; o 12 obriga as empresas com mais de 50 empregados a reservarem 10% de sua mão-de-obra para trabalhadores com mais de 45 anos.

Por fim, o Capítulo IV (Dos Direitos Políticos) torna facultativo o voto para maiores de 16 anos e menores de 18. Essa faixa da população não vota pela legislação em vigor. E o Capítulo V (Dos Partidos Políticos), substituído quase que integralmente, restabelece a liberdade de organização partidária perdida com a instituição da Lei Orgânica dos Partidos pelo governo Médici.

Covas reassume liderança após Dia de Finados

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, só deverá interromper sua licença após o Dia de Finados. Até lá continuará no exercício da liderança do partido o deputado paraense Euclides Scalco. O senador Covas agradeceu, mas não aceitou convite do presidente do Senado, Humberto Lucena, para permanecer alguns dias em Nova Iorque, como observador parlamentar nas sessões da ONU.

A intenção do senador Lucena era a de proporcionar ao líder do PMDB na Constituinte um período longe de São Paulo e de Brasília.

Nas próximas horas o líder em exercício do PMDB na Constituinte deverá indi-

car um membro efetivo e outro suplente, para substituir na Comissão de Sistematização aos deputados Prisco Vianna e Luiz Henrique, nomeados ministros de Estado. Como membro titular poderá ser escolhido o vice-líder Antônio Britto (RS) e suplente, o deputado Jorge Hage (BA).

Se confirmadas, as duas indicações deverão ser contestadas pelos moderados do Centro Democrático. Eles reivindicam, pelo menos, que o substituto de Prisco Vianna seja um parlamentar afinado com o Centro Democrático — e não do "grupo de Covas", como é Antônio Britto, ou do MUP, como é o caso de Jorge Hage.

PT-RS passa para domínio de radicais

Porto Alegre — Na maior convenção já realizada pelo Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, o deputado estadual Raul Pont foi eleito presidente regional do partido, vencendo a chapa liderada por Clóvis Ilgenfritz, ex-candidato a governador e apoiado pelos deputados federais Olívio Dutra e Paulo Renato Paim. A vitória de Pont significa que, pela primeira vez no Estado, o controle do partido está nas mãos das tendências abrigadas no PT. Pont é líder da Democracia Socialista (DS) e compôs com o Partido Revolucionário Comunista (PRC) que ficou com a vice-presidência, representado pelo advogado Tarso Genro, primeiro suplente de deputado federal.

A disputa pela executoria partidária só foi ocorrer na madrugada de ontem. Entre os 680 delegados com di-

reito a voto a imensa maioria já estava definida antes. Para a vitória da chapa PT na luta foi fundamental o apoio, de última hora, dos delegados ligados à tendência Convergência Socialista, de orientação trotsquista. Assim, a articulação, como é conhecido o grupo formado por sindicalistas e por militantes ligados à Igreja Católica, perdeu a hegemonia que mantinha desde a formação do PT no Rio Grande do Sul.

Enquanto o grupo histórico pretende formar um partido de massas, os novos dirigentes pregam a formação de um partido de quadros, dirigidos por militantes ligados à organização. Como critério geral para alianças eleitorais no próximo ano, o PT deve buscar composições com os PCs e com o PSB.

Falta verba para a reforma, diz Faesp

Bauru, (SP) — O presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, (Faesp), Fábio Meirelles, disse ontem que a falta de recursos financeiros será o principal motivo de o governo José Sarney não conseguir realizar, como queria, o Plano Nacional de Reforma Agrária, mesmo com as últimas modificações que foram anunciadas na semana passada.

Segundo Meirelles, não basta o governo ter dinheiro para pagar pelas terras desapropriadas que serão usadas para assentar famílias de lavradores.

FIXAÇÃO

— A reforma agrária requer muitos recursos que o governo não tem. Não basta pagar pelas terras. O governo tem que dispor de

muito dinheiro para garantir a fixação das famílias assentadas nas propriedades, caso contrário todos abandonarão as terras em pouco tempo e voltarão às cidades, disse Meirelles.

Para o presidente da Faesp, hoje o governo já tem em suas mãos terras suficientes para assentar as famílias de lavradores de todo o País. "O que falta na verdade — explicou Fábio Meirelles — é dinheiro suficiente para levar adiante o programa de assentamento". O presidente da Faesp explicou ainda que o governo ao injetar recursos financeiros para os assentados poderá acabar privilegiando esses lavradores, enquanto milhares de micro e pequenos produtores rurais de todo o País não têm qualquer tipo de assistência.

Quércia quer pressão para Carta sair logo

Assis, (SP) — O governador de São Paulo, Orestes Quércia, disse ontem em Assis, no Vale do Paranapanema, que o povo precisa pressionar a Assembléia Nacional Constituinte para que a nova Constituição seja aprovada ainda este ano e estabelecidas as regras para que o Brasil possa superar os problemas que vem enfrentando, principalmente na área econômica. Segundo Quércia, as discussões na Constituinte estão se alongando muito, causando muita "perplexidade" na população.

— Eu acho que atualmente está havendo muito debate na Constituinte, com assuntos de pouca importância. Isso está gerando um estado de perplexidade na Nação, que quer ações no sentido de que os problemas que enfrentamos no dia-a-dia sejam superados.

Eu sou de opinião que devemos prestigiar a classe política. Mas temos que pressionar os constituintes para acabar com essas discussões e brigas de importância reduzida, para que se possa aprovar a nova Constituição ainda este ano. Temos que estabelecer as novas regras para o País e isso somente será possível com o encerramento dos trabalhos constituintes — disse Quércia.

Segundo o Governador, os problemas econômicos como inflação, achatamento salarial e custo de vida vêm se agravando e precisam ser compartilhados efetivamente pelo Governo Federal.

— Ninguém pode atrapalhar o desenvolvimento do País. Os problemas são conhecidos de todos e precisamos estabelecer uma

política profunda para combater os males — disse o Governador.

Segundo Orestes Quércia, muitas dessas discussões que estariam atrasando a conclusão da nova Constituição acabam sendo promovidas por lobbys que agem dentro do Congresso Nacional.

— Há vários lobbys na Constituinte, desde aqueles organizados por empresas estrangeiras, como também de grupos conservadores etc. Temos que separar o joio do trigo e encontrar o nosso caminho. Vivemos momentos importantes na história deste País e temos que fiscalizar a votação da nossa nova Constituição. Como Governador de Estado, eu estou fiscalizando. Tenho convicção de que o Brasil através um momento muito sério.

CORREÇÃO

Por falha técnica, foi trocada a assinatura do artigo "O dilema do PFL", publicado ontem na página 12. Na realidade, o artigo é de Osvaldo Perálva, cuja assinatura saiu na matéria "Governo aumentará seu lobby", que é de A. C. Scartezini.